



www.enaphem.com



Conhecendo as Políticas de Memória Escolar Argentina e a História da Educação Matemática

Knowing School Memory Policies in Argentine and History of Mathematics Education

Diogo Franco Rios¹

Resumo

O presente trabalho apresenta alguns dos primeiros resultados produzidos no âmbito do estágio pós doutoral que está sendo desenvolvido junto à Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina, visando conhecer políticas de memória e de acervo escolar argentinas e refletir sobre alternativas para as políticas públicas de preservação do nosso patrimônio cultural brasileiro, particularmente da memória educacional, que admitem ou, mesmo, orientam um descarte dos documentos relacionados às práticas de ensino após um curto intervalo de tempo. Aqui apresento o Programa de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación, uma política pública existente na Argentina, constituída em 2013, resultante de outros programas e ações estabelecidos a partir de 2007 naquele país. O Programa já estabeleceu uma considerável rede de arquivos escolares e museus históricos de educação, são 111 distribuídos em 22 jurisdições.

Palavras-chave: História da Educação Matemática; Políticas de Memória Educativa; Arquivos Escolares; Argentina.

Introdução

O presente trabalho apresenta alguns resultados iniciais produzidos no âmbito de um estágio pós doutoral que está sendo desenvolvido junto à Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina, sob supervisão do professor Dr. Martín Unzué, diretor do Instituto de Investigaciones Gino Germani.

O referido pós-doutorado foi construído, entre outros objetivos, visando conhecer políticas de memória escolar argentinas e refletir sobre alternativas para as políticas públicas de preservação do nosso patrimônio cultural brasileiro, particularmente da memória educacional, que admitem ou, mesmo, orientam um descarte generalizado dos documentos relacionados às práticas de ensino após um

¹ Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS; Pós-doutorando em Ciências Sociais, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Professor da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Email: riosdf@hotmail.com.

curto intervalo de tempo, comprometendo a preservação do acervo de grande parte das instituições escolares.

A elaboração da proposta foi estimulada por inquietações decorrentes de minha prática de pesquisa em acervos escolares realizada nos últimos anos, as quais tenho buscado dialogar com outros pesquisadores da área de História da Educação Matemática. Entre outras ocasiões em que pude problematizar o tema², em 2018, participei da mesa-redonda “Arquivos Escolares e Pessoais: desafios e possibilidades para a História da Educação Matemática” no IV ENAPHEM em que, junto com as colegas, Maria Cecília Bueno Fischer³ e Aparecida Rodrigues Silva Duarte, pudemos discutir a respeito da condição problemática dos acervos escolares brasileiros e como nós, historiadores da educação matemática, temos nos posicionado frente aos desafios impostos por esse iminente desaparecimento de boa parte dos arquivos institucionais, especialmente aqueles ligados à matemática escolar, durante as nossas práticas de pesquisa.

No Brasil há iniciativas reconhecidas de cuidado com acervos históricos escolares, comprometidas com a preservação e organização sistemática de vestígios ligados às práticas educativas, funcionando especialmente no âmbito de universidades públicas⁴, além de alguns museus escolares, mantidos por iniciativa das próprias instituições, públicas ou privadas⁵, mas que não figuram como políticas públicas de memória educacional⁶.

Ainda que se reconheça a existência dessas iniciativas, considero que a Argentina, dadas algumas características de sua realidade e história, pode representar um estofo significativo como referência para a discussão sobre políticas públicas de memória educacional, pelo esforço em constituir nacionalmente políticas dessa natureza já há algumas décadas.

Apresentando a experiência argentina

Dentre as políticas de memória argentina, destaca-se a existência, desde 2007, do Programa Nacional de Archivos Escolares, vinculado à Biblioteca Nacional de Maestros (BNM), que visa valorizar os arquivos escolares e salvar do esquecimento as experiências educativas, tendo os acervos das escolas como chave para isso. O Programa reconhece a “importancia promover y constituir acervos documentales pedagógicos cuidando la organización, conservación y difusión de su contenido en la comunidad educativa” (Argentina, 2007, p. 2).

Considera ainda que “[...] se debe gestar conciencia em los miembros de la comunidad educativa acerca de la importancia de la preservación de los

² Sobre o tema, ver: Rios (2015); Rios e Rodrigues (2020).

³ Representando Andréia Dalcin.

⁴ São exemplos dessas iniciativas o Museu da Escola Catarinense, ligado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UNESC). Cf.: <http://www1.udesc.br/museudaescola>; e o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Cf.: <http://www2.uesb.br/museupedagogico/>.

⁵ Exemplo disso é o Museu do Colégio Municipal Pelotense, cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram, 2011).

⁶ Uma exceção é o Centro de Memória e Acervo Histórico do Centro de Referência em Educação Mário Covas, ligado à SEDUC/SP, que tem o objetivo, entre outros, de fornecer apoio técnico e metodológico para o desenvolvimento de projetos de preservação da memória e do patrimônio histórico das escolas da rede estadual paulista. No site constam algumas informações de acervos escolares, vídeos e imagens ligados ao Centro. Cf.: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>

documentos históricos de la escuela para asegurar su acceso como fuentes del conocimiento presente y futuro impulsando y desarrollando acciones de investigación y de formación” (Argentina, 2007, p. 1).

O manejo sistemático, atento e respeitoso dos vestígios das práticas educativas, proposto pelo Programa Nacional de Archivos Escolares, dialoga bem com a posição de Escolano Benito em defesa do patrimônio material escolar, com a qual tenho bastante afinidade:

La reconstrucción y exhibición pública de los elementos del patrimonio histórico-educativo han de ir guiadas del *ethos* exigible a toda política de memoria inteligente y justa, la que se orienta a la interpretación de la cultura y a la educación histórica de la ciudadanía y de los actores que intervienen en la educación” (Escolano Benito, 2010, p. 14).

Tendo a BNM como gestora das políticas de memória educativa ligadas ao Ministerio de Educación, existe uma série de ações e projetos, não apenas ligados ao programa mencionado que, a partir da Ley n. 26.917, Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares y Unidades de Información Educativas (Argentina, 2014), articulam-se em quatro Redes Federales que preservam, gerenciam e disponibilizam informações relativas a práticas do presente e do passado, o Programa Bibliotecas Escolares e Especializadas da República Argentina (BERA), a Red Nacional de Bibliotecas Pedagógicas, o Sistema Nacional de Información Educativa (SNIE) e o Programa de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación, esse último que será brevemente apresentado aqui.

O Programa foi constituído em 2013, resultante de outros programas e ações estabelecidos a partir de 2007, já mencionados, e desde então vem promovendo atividades de pesquisa, promoção acadêmica, capacitação da equipe e qualificação dos fundos documentais existentes nas escolas envolvidas, distribuídas em oito eixos de trabalho: educativo, patrimonial, de conservação, arquivístico, museal, tecnológico, de investigação e de qualidade institucional.

A implementação do Programa de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación (PAEMHE) está relacionada com o estabelecimento de convênios com as províncias argentinas que produzem normativas complementares para atender à normativa federal.

Atualmente, no site do Programa pode-se acessar a indicação dos 111 arquivos escolares ou museus pedagógicos, distribuídos em 21 jurisdições espalhadas pelo país.

Tabela 1 – Escolas Piloto alcançadas pelo PAEMHE

Jurisdições	Total
Buenos Aires	16
Ciudad Autónoma de Buenos Aires	9
Catamarca	1
Chaco	31
Córdoba	6
Corrientes	2
Entre Ríos	7
Jujuy	1
La Pampa	1
La Rioja	4

Mendoza	2
Misiones	1
Neuquén	2
Río Negro	1
Salta	11
San Juan	3
San Luis	1
Santa Cruz	2
Santa Fe	6
Santiago del Estero	1
Tierra del Fuego	2
Tucumán	1
<hr/>	
Total	111

Fonte: adaptação de quadro Escuelas Piloto, site do PAEMHE.

A partir do referido site é possível acessar um breve histórico de vários dos arquivos escolares ou museus históricos da educação participantes, como são chamados aqueles que não estão ligados a uma instituição escolar específica, além da indicação dos profissionais responsáveis institucionalmente pelo Programa e algumas fotos do trabalho que vem sendo feito para implementar a proposta nessas instituições-piloto.

Em função das restrições decorrentes da pandemia em curso, o levantamento aqui apresentado não pôde ser acompanhado de reflexões e informações que seriam decorrentes das visitas pretendidas aos arquivos escolares ou museus pedagógicos para conhecer as práticas lá realizadas e ter um contato direto com os agentes envolvidos no esforço pela preservação dos vestígios das experiências pedagógicas ali vivenciadas.

No entanto, como apontado aqui, existe na Argentina uma relevante rede nacional de tratamento e guarda dos acervos educativos, construída por políticas públicas que reconhecem a importância da memória educacional e que atribuem aos documentos escolares um papel importante na vinculação da instituição escolar com a comunidade em que está inserida.

Por fim, considero que avançar na compreensão dessa experiência argentina, aqui brevemente apresentada, pode contribuir com o conhecimento de práticas bem sucedidas de preservação de vestígios escolares, inclusive em relação à matemática escolar, e colaborar com a busca de alternativas comunitárias e locais para preencher a lacuna que tem se estabelecido no Brasil por falta de políticas públicas de memória. Com isso, pode-se favorecer não apenas a produção em História da Educação Matemática, a partir dessas fontes, mas também a valorização da identidade histórica da comunidade escolar, de modo mais geral.

Referências

Archivos y Museos. (13 de abril de 2020). *Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación*. Buenos Aires, Argentina: Ministerio de Educación. Biblioteca Nacional de Maestros. Disponível em http://www.bnm.me.gov.ar/redes_federales/archivos/institucional/.

Archivos y Museos. (15 de abril de 2020). *Archivos y Museos em Números*. Buenos Aires, Argentina: Ministerio de Educación. Biblioteca Nacional de Maestros. Disponível em http://www.bnm.me.gov.ar/redes_federales/archivos/institucional/numeros/index.php.

Escolano Benito, A. (2010). Patrimônio Material de la Escuela e Historia Cultural. *Revista Linhas*, 11(2), 13-28.

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). *Guia dos Museus Brasileiros/Instituto Brasileiro de Museus*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

Ley n. 26.917, promulgada em 9 de janeiro de 2014. (2014). Trata de criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares y Unidades de Información Educativas, atendendo ao estabelecido na Ley de Educación Nacional, nº 26.206, de 2006. Buenos Aires, Argentina.

Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. (2007). *Resolución nº 1.422*, de 20 de setembro de 2007. Trata da criação do Programa Nacional de Archivos Escolares. Buenos Aires, Argentina.

Resolución Ministerial nº 717, de 16 de abril de 2013. Trata de criar o Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación. Buenos Aires, Argentina.

Rios, D. F. (2015). Contribuições dos Lugares de Memória para a Formação de Professores de Matemática. *Acta Scientiae*, 17, 5-23.

Rios, D. F. & Rodrigues, J. M. (2020). Para Guardar o que Quer que se Guarde: dos acervos escolares à construção de uma coleção digital. In E Zardo Búrigo, A. Dalcin, C. Circe Mary Silva da Silva, D. Franco Rios, L. H. Ferraz Pereira & M. C. Bueno Fischer (Eds.), *Saberes Matemáticos nas Escolas Normais do Rio Grande do Sul (1889-1970)*, (pp. 69-90). São Leopoldo: Editora Oikos.